

APOIE

**Paracoccidioidomicose (PCM) – endemia latino-americana –
doença ocupacional negligenciada.**

Vamos aderir ao abaixo-assinado do MANIFESTO da PCM.

Gostaríamos de contar com o seu apoio para o movimento liderado por pesquisadores da área de doenças fúngicas, para que o Ministério da Saúde reconheça como doença de notificação compulsória a paracoccidioidomicose (PCM), antigamente denominada por blastomicose sul-americana. A PCM é uma endemia latino-americana, que há muitos anos atormenta, adoece, incapacita e mata, principalmente trabalhadores rurais e da construção civil.

<https://observadoencasinfeciosastrabalho.ensp.fiocruz.br/abaixo-assinado-documento-recolhe-assinaturas-para-tornar-a-pcm-uma-doenca-de-notificacao-compulsoria-nacional/>

👉 O Abaixo-assinado do MANIFESTO da PCM está hospedado na Fiocruz (Obit). Contamos que possa ser hospedado e abraçado por você e instituições da sociedade civil, como a Sociedade Brasileira Imunizações (SBI) de Micologia, de Bioética, SBPC, Abrasco, MST, e representações dos principais suscetíveis. Estas entidades podem divulgá-lo nos meios próprios. Todos nós podemos assinar e encaminhar o link do abaixo-assinado do MANIFESTO da PCM para todos os nossos contatos e instituições que temos na nossa rede de relações. A Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), SBD-RJ, SBDF, Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), Cebes, a ASFOC-SN já apoiam o movimento. A instituição pode fazer uma matéria ressaltando a importância do agravo e, como

também, dirigir uma carta de apoio ao Manifesto da PCM, para o Ministro da Saúde e outras autoridades constituídas

A PCM é listada na legislação brasileira (Portaria GM/MS nº 1.999/2023) como doença ocupacional quando da exposição ao agente nas atividades ligadas ao trabalho, porém esse vínculo nem sempre é reconhecido. O fato, além de comprometer os dados epidemiológicos, prejudica juridicamente os trabalhadores. A endemia mostra um perfil ocupacional marcante, pois 50% daqueles que informaram sua profissão é constituída de trabalhadores rurais, seguida por trabalhadores da construção civil, que representavam aproximadamente 20%, onde a maioria é formada por ex-trabalhadores egressos do meio rural campo, que sem especialização são absorvidos na construção civil (Coutinho 2002).

